



www.observatoriodacritica.com.br

Os Estudos Culturais e a crise da universidade moderna

Rachel Esteves Lima (UFBA/CNPq*)

Já pode ser considerada lugar-comum, na atualidade, a defesa da inter, da trans e, até mesmo, da pós-disciplinaridade, nos discursos produzidos pela academia. Entretanto, este posicionamento frente ao trânsito entre os saberes tornou-se hegemônico sem que isso implicasse uma modificação institucional da universidade, que só agora começa a se movimentar para operar, talvez de forma ainda bastante tímida, algumas reestruturações em sua forma de organização. De um modo geral, podemos perceber que a universidade ainda mantém-se presa ao modelo moderno que a inspirou. Num momento em que as pressões pela reforma da universidade se impõem, faz-se necessário debater algumas questões que dizem respeito à atuação político-pedagógica dos profissionais das Letras, de modo a se produzir uma reflexão que enfrente as demandas do presente: Que intelectual é este que tem que responder às exigências, por um lado, de eficiência e especialização, incorporadas pela universidade da excelência, e, por outro, de um mercado voraz por absorver os produtos culturais? Com o

* Trabalho realizado com o apoio financeiro do CNPq. Publicado originalmente na revista *Caderno de Estudos Culturais*, Campo Grande, v.1, p.63-72, 2009.

processo de massificação do ensino superior, o intelectual pop é o substituto do intelectual público? Os Estudos Culturais constituem um instrumento democrático de abertura à heterogeneidade dos bens simbólicos produzidos pelos diversos atores sociais ou representam uma apropriação populista de tais produções pela academia? A noção de cultura é suficientemente pertinente para se construir uma nova área de saber na universidade brasileira?

Desde meados da década de 1980, os Estudos Culturais têm consistido num espaço a partir do qual a crítica literária brasileira vem buscando sobreviver, na academia, ao processo de transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, segundo as análises empreendidas por Foucault e Deleuze¹. Nesse período, de intensos debates, o investimento na análise das representações das minorias foi significativo, o mesmo não ocorrendo, contudo, no que se refere à investigação quanto às condições oferecidas pela universidade para uma atuação pedagógica efetiva e radicalmente democrática. A pouca atenção conferida aos limites impostos pelo modelo sobre o qual se organizou o ensino superior no Brasil à análise das produções simbólicas vê-se agora confrontada com a emergência de uma reforma institucional cujos resultados podem vir a abalar ainda mais a noção de cultura que sustenta os já frágeis muros da universidade moderna. Contribuir para a discussão acerca da virtual persistência de um refúgio ao pensamento é o que nos cabe, no momento, fazer, cientes de que esse debate ainda precisa ser aprofundado em espaços que ultrapassam em muito o limite deste ensaio. O que se apresenta, aqui, portanto, são apenas resultados parciais de um investimento num trabalho de caráter metacrítico, no qual se procura refletir sobre os Estudos Culturais na universidade brasileira, relacionando-os à noção de pós-disciplinaridade, que pode ser instrumentalizada na busca de compreensão tanto da organização dos saberes em nossa área de atuação quanto da adequação do atual modelo da universidade brasileira ao contexto da pós-modernidade. É nesse sentido que se

¹ Cf. DELEUZE, Gilles. Post Scriptum. In: *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

procurou orientar este ensaio, ressaltando-se, contudo, a opção por não abrir totalmente mão da leitura da literatura como um mediador capaz de oferecer uma visão ampliada do tema em questão.

Dentre algumas obras que, na contemporaneidade, assumem como pano de fundo o ambiente acadêmico², foram escolhidas duas obras nas quais a figuração da universidade e de seus rituais ocupa o primeiro plano, num processo de alegorização que assume um gosto amargo de desencanto, ainda que não totalmente desprovido de humor. Trata-se dos romances *Alegres memórias de um cadáver*, de Roberto Gomes³, e de *Uma aula de matar*, de Ana Arruda Callado,⁴ obra na qual nos deteremos um pouco mais. Nos dois livros, a imagem da universidade que é construída pelos autores, ambos professores universitários aposentados, gira em torno da figura da morte, metaforizando-se o processo de ruína e decadência por que passam os nossos templos do saber universal. No primeiro romance, retrata-se um ambiente amesquinhado de rixas insignificantes, boicotes, jogos de cena e disputas entre professores, em plena ditadura militar, contexto no qual até mesmo os fantasmas têm que ser calados à força. No segundo, que se passa na contemporaneidade, pode-se dizer que o mesmo quadro volta a ser reproduzido, ainda que no contexto da universidade do neoliberalismo, no qual o fantasma que retorna é o da própria ditadura, numa cruel analogia em que os procedimentos de leitura e interpretação de textos se cruzam com os instrumentos de investigação policial utilizados para apurar a morte de um professor ironicamente

² Cf. REIMÃO, Sandra. Autores vinculam ambiente acadêmico às tramas de mistério. *Folha de S. Paulo*, 18 nov. 2006. (Caderno Ilustrada). Disponível na internet em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1811200615.htm>. Acesso em: 29 mar. 2009.

³ GOMES, Roberto. *Alegres memórias de um cadáver*. 5 ed. Curitiba: Criar. 2004.

⁴ CALLADO, Ana Arruda. *Uma aula de matar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

chamado Luiz Borges, às vésperas do concurso que iria prestar para o cargo de titular.

A comparação do trabalho do crítico literário com o do detetive já foi bastante explorada por Ricardo Piglia, e, de fato, diante da narrativa policial de Ana Arruda Callado, nos sentimos tentados a seguir tranqüilamente essa trilha e nos embrenharmos pela floresta de signos construída pelo romance, reafirmando o paradigma indiciário (ou, em alguns casos, até mesmo o judiciário), amparados pelos recursos oferecidos por uma proposta de leitura de base hermenêutica. No entanto, a associação da análise de textos ao controle instituído pelos órgãos de repressão política, presente na obra⁵, retém nossa atenção e nos coloca frente ao paradoxo que acompanha o exercício de nossa profissão. Torna-se evidente, nesses termos, o conluio entre o saber e o poder, aqui traduzido pela subordinação da arte a um regime de disciplina, através do qual nós, enquanto professores, buscamos transformar nossos alunos em sujeitos críticos.

A possibilidade de se pensar uma saída de um regime de leitura dessa natureza parece ter se apresentado a partir do rompimento das grades curriculares, do desmoronamento dos muros construídos em nossas universidades com o objetivo de evitar a mútua contaminação das disciplinas, da indistinção entre alta e baixa cultura, da quebra da ordem dos sentidos, operados na cena pós-moderna, segundo a teorização de Lyotard e Jameson⁶. A extensão do processo de industrialização a todas as esferas da sociedade, revertendo a visão determinística que

⁵ CALLADO, Ana Arruda. Op. cit., p.67.

⁶ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Trad. José Bragança de Miranda. Lisboa: Gradiva, 1989; JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 1996.

subordinava a cultura aos aspectos político-econômicos, amplia o leque de possibilidades interpretativas e promove a substituição dos especialistas pelos ecléticos praticantes dos Estudos Culturais. Num certo sentido, talvez se possa dizer que essa nova área, ainda que não devidamente institucionalizada, consiste, durante a fase de transição entre a sociedade disciplinar e a sociedade de controle, num refúgio para resistir ao enclausuramento dos sentidos, implícito no modelo universitário moderno. Sabemos todos, contudo, que o acolhimento dos saberes sujeitos pela academia não se dá de forma isenta de contradições. Afinal, tal processo se opera como resistência ao poder instituído e coloca em risco a posição privilegiada de uma *intelligentsia* que vem sofrendo dia-a-dia a desvalorização de seu capital simbólico e que tem que competir com uma massa formada por jovens trabalhadores que constituem um assustador exército intelectual de reserva.

A emergência de uma intelectualidade de massa tem sido estudada por Paolo Virno.⁷ Segundo o autor, na sociedade pós-fordista, ou sociedade do conhecimento, opera-se uma indissociação entre o tempo privado e o tempo gasto com o trabalho no espaço público. A sobreposição do capital a todas as esferas da vida implica a impossibilidade de se construir uma resistência a partir de uma posição de exterioridade em relação ao sistema, uma vez que, na modernidade tardia, mesmo o tempo de lazer e o espaço de trocas afetivas são transformados em força produtiva, o que demanda a imaginação de formas criativas de

⁷ Cf. VIRNO, Paolo. *Grammaire de la multitude*. Disponível na Internet em <http://www.lyber-eclat.net/lyber/virno4/grammaire01.html>; “Virtuosité et travail postfordiste”. Disponível na Internet em http://www.samizdat.net/archives/mutants/m_09.html; “Quelques notes à propos du general intellect”; Disponível na Internet em http://multitudes.samizdat.net/article.php?id_article=476; “Virtuosismo y revolución: notas sobre el concepto de acción política”. Disponível na Internet em <http://midiaindependente.org/en/green/2003/09/263887.shtml>. Acesso realizado em 29 mar. 2009.

luta contra a dominação capitalista. Afinal, o advento do “ócio criativo”, ao contrário do que se esperava, talvez venha na verdade a se constituir como uma impossibilidade de se escapar ao sistema de controle do indivíduo pelo capital. Vivemos numa sociedade em que, cada vez mais, “a ciência, a informação, o saber em geral, a comunicação lingüística, se apresentam como o pilar central que sustenta a produção de riqueza”⁸ e os Estudos Culturais mostram-se exemplares para a análise do trabalho imaterial que alimenta o mercado de bens simbólicos hoje. A atribuição de valor a tudo aquilo que constitui a experiência afetiva do analista da cultura, ou seja, a atenção voltada a objetos que giram em torno de uma existência ordinária, comum, segue a máxima benjaminiana segundo a qual “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”.⁹

A consolidação dos Estudos Culturais, ainda que dentro de uma estrutura institucional bastante rígida, coincide com a entrada na universidade, a partir dos anos 1960, de um enorme contingente de estudantes e professores cujas experiências estéticas estariam mais próximas do pop do que da tradicional cultura popular. Não obstante, ainda há quem se escandalize com a explicitação aberta do viés subjetivo inerente à eleição de nossos objetos de estudo. É o que se pode depreender do seguinte depoimento de Ítalo Moriconi, o auto-declarado “intelectual pop”:

Tem gente que não gosta, inclusive meus colegas mais tradicionais daqui da Universidade ficaram um pouco ameaçados com esta imagem. Meus alunos começaram a me chamar de intelectual pop porque eu andei aparecendo muito em televisão. E hoje em dia a palavra pop está ligada a visibilidade, a uma pessoa que faz sucesso na mídia, etc. Agora, eu,

⁸ VIRNO, Paolo. “Quelques notes à propos du general intellect”. Tradução da autora.

⁹ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7 ed. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, 1). p.223.

particularmente, vejo um outro sentido para o pop, e esse eu assumo completamente. Nós, hoje em dia, convivemos com o cinema, o rock, a estrutura do sucesso e da fama, os problemas psicológicos relacionados a isso. Eu acredito que todos estes assuntos podem ser tratados filosoficamente e teoricamente. Digamos que o material que o teórico da Universidade usa, muitas vezes pode vir da cultura pop. A cultura pop hoje é a Cultura, elas são quase sinônimos. Eu, por exemplo, posso pegar um filme como *A cidade dos sonhos* e fazer uma análise na minha aula de literatura. Acho que o intelectual pop é isso. Eu já fui uma pessoa que cresceu sob este universo. Sou de uma geração televisual, roqueira, meio pop... Não há como se fazer uma separação então, até porque não há como separar minha vida de professor da minha vida de homem inserido neste contexto. Pra falar a verdade, até me orgulho de ser um intelectual pop.¹⁰

Talvez o incômodo maior provocado na comunidade acadêmica pelo posicionamento de Moriconi se deva ao fato de que o crítico deixa de se colocar como um representante da cultura que estaria à margem da academia, para assumir essa mesma cultura como algo que faz parte de sua experiência, algo que o insere numa geração que rompe visceralmente com a distinção entre as diversas esferas que até há pouco tempo hierarquizavam o conceito de cultura. Longe de uma atitude complacente, característica de certas posturas pseudo-democráticas que argumentam em favor dos contatos com a cultura de massas, desde que ela seja considerada um instrumento para a ação pedagógica, Moriconi assume o pertencimento a essa cultura e expressa o reconhecimento de seu valor. Foge, dessa maneira, ao sedutor artifício intelectual que, sob a aparência de resgatar a cultura do “outro”, acaba, de forma populista, instrumentalizando-a para manter-se num lugar ainda relativamente confortável dentro da instituição.

¹⁰ MORICONI, Ítalo. Entrevista a *Acesso Online* – Boletim Informativo da Rede Sirius, v.6, n.41, jan./fev.2004. Disponível na internet em: <http://www2.uerj.br/~rsirius/boletim/entrevistas_07.htm>. Acesso em: 14 abril 2006.

No entanto, esse lugar, ao que parece, não tem como ser garantido por muito tempo. A saída da sociedade disciplinar implica a perda de um sistema de equivalências que construíam, na modernidade, o valor do trabalho baseado na noção de tempo. Num momento em que o tempo é matéria-prima que sobra, a transferência do critério de valor para algo tão abstrato quanto o saber acaba por destruir as hierarquias que, segundo Paolo Virno, garantiam “uma certa visibilidade aos laços sociais, uma comensurabilidade, um sistema de conversibilidades proporcionais”.¹¹ Talvez não seja muito despropositado pensar a situação vivida hoje na universidade e, especialmente, na nossa área, a partir dessas colocações do filósofo. Afinal, o que vem a ser a crítica ao “vale-tudo” dos Estudos Culturais? Não seria um índice dessa impossibilidade de mensurar o valor da obra a partir do critério temporal? Não estaria aí em causa justamente o rompimento de um sistema hierárquico que durante tanto tempo garantiu à obra-de arte uma legitimidade pautada no valor da tradição, constituída a partir de uma garantida cadeia de transmissão tanto do legado dos grandes escritores àqueles de menor prestígio quanto dos ensinamentos dos reconhecidos mestres do ofício da crítica a seus discípulos?

E não seria essa mesma perda do sistema de equivalências que regeira o processo de aposentadoria precoce de professores que, perdendo a noção de hierarquia e de um telos que oriente sua vida profissional, buscam capitalizar o tempo que seria dedicado ao tão esperado ócio criativo, num retorno ao mercado de trabalho, através da competição com os jovens em início de carreira?¹²

¹¹ VIRNO, Paolo. “Quelques notes à propos du general intellect”. Tradução da autora.

¹² Sintomaticamente, no romance *Uma aula de matar* (p.54), Esteves, um dos concorrentes do concurso para a vaga de professor titular afirma: “– Você sabe, ser professor titular é o sonho de todo mundo. O melhor salário, muito

A quebra de hierarquias também constitui o centro da análise de Deleuze sobre a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle.¹³ Segundo o filósofo, a atual organização social prescinde dos panópticos espaços característicos da sociedade disciplinar e os inúmeros processos de reforma implementados a partir da Segunda Guerra Mundial tornam evidente que as instituições disciplinares, que construía subjetividades a partir de um relativo processo de diferenciação, se encontram em fase de superação. Em seu lugar, surge a sociedade de controle, na qual as subjetividades deixam de ser formadas por um processo de individualização, e passam a ser construídas como uma espécie de “molde autodeformante”, que impede qualquer possibilidade de representação e de construção de identidades relativamente estáveis. Em sua análise, Deleuze utiliza-se justamente da leitura da transformação dos espaços da fábrica e da escola em corporações, nas quais o processo de educação continuada torna evidente a impossibilidade de se terminar uma formação, constituindo o sistema de ensino, antes, um sistema de deformação, cujo princípio se encontra na implementação da remuneração pelo mérito. E quando esse mérito não pode mais ser medido pelo tempo de dedicação ao desenvolvimento do trabalho, quando se quebra a tradicional cadeia de transmissão do saber através da experiência e se aplicam os critérios quantitativos a algo que só poderia ser medido qualitativamente, passamos a viver as contradições que nos últimos anos tem acompanhado a universidade, ao se assumir os critérios contabilistas como base da excelência.

Antes que nos desesperemos por essa condição de servidão universal, tentemos resgatar algumas contribuições de autores

prestígio. Se eu conseguir a vaga, pretendo me aposentar pouco depois e pegar um bom cargo numa universidade particular.”

¹³ DELEUZE, Gilles. Op. cit.

que possam nos apresentar uma possibilidade de saída desse sistema de controle. Começemos com Bill Readings, autor do polêmico livro *Universidade sem cultura?*, que nos força a enxergar que, paradoxalmente, a emergência dos Estudos Culturais é acompanhada pela perda da função da universidade moderna, justamente organizada em torno da noção de cultura nacional. O surgimento da universidade de excelência teria como pano-de-fundo o declínio do Estado-Nação e a inserção da educação e da pesquisa nas redes globalizadas do capital. Nelas, a produção de um pensamento autônomo, capaz de tudo criticar – inclusive a si mesmo – se mostraria dispensável e, talvez mesmo, indesejável. Sigamos o raciocínio do autor:

Devemos ser claros a respeito de uma coisa: nada intrínseco à natureza da instituição irá consagrar o pensamento ou protegê-lo dos imperativos econômicos – e tal proteção seria, na verdade, altamente indesejável e danosa ao próprio pensamento. Mas, ao mesmo tempo, se o pensar deve permanecer aberto à possibilidade do pensamento, assumindo a si mesmo como indagação, ele não deve procurar ser econômico – ele se insere melhor na economia do desperdício do que na economia restrita do cálculo. O pensamento é trabalho não-produtivo, e por isso ele não figura nas folhas de balanço senão como desperdício. A questão colocada para a Universidade não é como transformá-la em refúgio do pensamento, mas como pensar a instituição cujo desenvolvimento tende a tornar o pensamento mais e mais difícil, menos e menos necessário.¹⁴

Para Readings, a retomada do pensamento só pode ser vislumbrada se forem abandonadas posturas nostálgicas que insistem em tentar recompor o espaço de atuação do intelectual moderno e que nos impedem de aceitar a necessidade de pragmaticamente habitarmos as ruínas da universidade, construindo nela uma comunidade de pensadores desvinculada da

¹⁴ READINGS, Bill. *Universidade sem cultura?* Trad. de Ivo Barbieri. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996. p.63.

tradição organicista da corporação medieval, não totalmente abandonada em seu formato moderno. Ao invés de considerar a comunidade como um microcosmo do Estado-Nação, o crítico defende a formação de uma comunidade de pesquisa que rompa com a idéia de unidade, identidade e consenso, instaurando-se, antes, o dissenso, a descontinuidade e a inconclusão do processo de aprendizagem. Tal proposição parece ir ao encontro dos últimos escritos de Michel Foucault, que apelam para a formação de comunidades organizadas em torno da amizade, entendida como um processo agonístico de convivência e experimentação. Longe de conceber as relações de amizade como destituídas de hierarquias e de conflitos, Foucault as compreende como “incitação mútua e luta, tratando-se não tanto de uma oposição frente a frente quanto de uma provocação contínua.”¹⁵

Até onde nos foi possível seguir o pensamento dos autores aqui apresentados, a mesma proposta de construção de uma linha de fuga ao pacto estabelecido entre o Estado-Nação e o intelectual moderno pode ser vislumbrada nas obras de Michael Hardt, Antonio Negri, André Gorz e Paulo Virno.¹⁶ As condições de possibilidade de dar continuidade à resistência ao processo de dominação do mundo pela lógica do capital se encontrariam muito menos na utopia de um retorno ao espaço público tal como configurado pelo paradigma da modernidade, do que no aproveitamento da impossibilidade de representação popular, promovida pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Esses

¹⁵ Apud ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.168.

¹⁶ Além das obras de Virno citadas acima, cf. HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*. Trad. de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.; HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *O trabalho de Dioniso*. Trad. de Marcello Lino. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003; HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Multidão*. Trad. de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005. LAZZARATO, Maurizio, NEGRI, Toni. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001; NEGRI, Toni. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. GORZ, André. *O imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. Trad. de Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2005.

autores desenvolvem uma leitura que suplementa a visão de cima produzida por Foucault em relação à questão do biopoder, voltando-se para a análise das perspectivas de liberação abertas pelo advento do Império, a partir do ponto de vista dos setores cujos saberes passam a ser legitimados dentro de tal organização política, econômica e cultural. O descontrole, a indisciplina do povo convertido em uma multidão de marginalizados produzidos no âmbito do Império abriria espaço para um novo tipo de ação política, baseada na indissociação entre teoria e *praxis*, num processo de desconstrução incessante das categorias com as quais nos habituamos a pensar. Talvez seja nesse sentido que devemos compreender o atual descompasso da universidade em relação aos desejos expressos pelo comportamento e pela ação cultural – e inerentemente política – da juventude. A evasão estudantil, a dificuldade em prender a atenção dos alunos, a recepção distraída e superficial dos conteúdos dos cursos e a multiplicação de carreiras profissionais gestadas fora dos muros da universidade parecem justamente sugerir a impossibilidade do controle de muitos por um. Se assim for, deveremos nos perguntar sobre quem é que de fato encena, na contemporaneidade, um processo de resistência: aqueles que se colocam à frente da defesa dos tradicionais papéis das universidades públicas ou a nova geração de bárbaros que deseja invadir suas estruturas, não para participar passivamente de um processo de inclusão nessas instituições, mas sim para levar o pânico às casamatas em que elas teriam se transformado?¹⁷

¹⁷ O termo “casamatas” foi retirado do livro *Distúrbio eletrônico*, organizado pelo Coletivo Baderna, que as caracteriza como espaços públicos privatizados, nos quais se troca a soberania individual por uma suposta proteção. A universidade, um desses espaços, estaria, segundo esses novos anarquistas, formando uma “elite cultural cúmplice” do Estado-Nação e caberia a uma política cultural de resistência a esse processo promover distúrbios capazes de devolvê-la ao domínio público: “O poder nômade criou pânico nas ruas com suas mitologias de subversão política, deterioração econômica e infecção

Pensar a ação política, no regime imperial, só é possível a partir dessa visão agonística, conflitiva, que busque construir entraves, seja através da evasão, seja da invasão, à narrativa policial em que se enredou a universidade. Se pudermos tirar algum ensinamento do romance *Uma aula de matar*, talvez seja em um desses sentidos. Ao final da intriga, Helena, a mulher que iria concorrer com Borges no concurso para professor titular, aponta para ambas as possibilidades. Citemos um de seus comentários, expostos ao final da obra: “– O que me encanta nessa história toda é que, no Brasil, todo mundo conhece todo mundo. Ou melhor, a classe média cabe toda em uma kombi, como se dizia de alguns movimentos políticos. Ou num penico, como prefere um amigo meu gozador.” Não estaria aí representada a necessidade de caminharmos rumo a uma maior democratização de nossa sociedade, através da extensão do ensino superior àqueles que sistematicamente têm sido colocados à sua margem? Não se sugere na passagem que apenas com a ampliação a todos dos direitos à cidadania plena se poderia escapar à busca da chave do enigma policial em que tem consistido nossa existência, numa sociedade de controle?

A outra linha de fuga é proposta quando a mesma personagem desiste de concorrer com Estevão, o carreirista professor que ainda continuava no páreo pelo cargo de titular, e decide se aposentar, recusando-se a tomar parte numa disputa de poder em que muitas vezes aquele que pensa estar no jogo não passa de carta fora do baralho. Ao saber de sua decisão, Ana Lúcia, a diretora do Instituto onde se passa a história, emite um melancólico comentário:

biológica, o que por sua vez produz uma ideologia de fortificação, e conseqüentemente uma demanda por casamatas. Agora é necessário levar pânico à casamata, perturbando desta forma a ilusão de segurança e não deixando nenhum lugar para se esconderem. O jogo pós-moderno consiste no incitamento ao pânico em toda parte”. *Distúrbio eletrônico/Critical art emsemble*. Trad. Leila de Souza Mendes. São Paulo: Conrad, 2000. p.37.

– Todo mundo está indo embora. De uma forma ou de outra. Acho que toda a nossa geração está se aposentando. Vai ser duro acabar a gestão sem os principais professores do Instituto, Helena, mas compreendo e acho que você tem muito o que fazer fora da universidade. Eu, não. Vou para a França reabastecer as baterias para continuar professora. Aí, quem sabe, o Estevão assume a direção, seu velho sonho, e ...¹⁸

Para não terminar com a mesma melancolia expressa por esta fala da personagem Ana Lúcia , ressalto aqui as reticências do final do diálogo, como forma de lembrar que, dentro ou fora da universidade, no Brasil ou no exterior, no mundo globalizado, enfim, a história ainda não terminou, cabendo a todos nós dar continuidade ao seu enredo. E para a construção dessa narrativa, talvez o melhor a fazer seja, de imediato, expor, com a maior clareza possível, as posições que cada um de nós, enquanto autores e personagens que atuam no espaço da universidade, desejamos assumir frente às mudanças que ora estão em curso nessa instituição.

¹⁸ CALLADO, Ana Arruda. Op. cit., p.151.